

## **DECRETO Nº 19.215, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.**

**Altera o § 2º do art. 3º do Decreto nº 17.273, de 13 de setembro de 2011, que institui a compensação de carga horária no âmbito das Administrações Direta, Autárquica e Fundacional e regulamenta o parágrafo único do art. 38 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que autoriza a compensação por folga do trabalho realizado além das horas normais estabelecidas para o cargo, inclui o art. 3-A ao Decreto nº 17.273, de 2011, e o parágrafo único ao art. 6º do Decreto nº 17.194, de 11 de agosto de 2011, que Institui e regulamenta o sistema de registro eletrônico de efetividade funcional dos servidores municipais das Administrações Direta, Autárquica e Fundacional e prevê regras transitórias e temporárias.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a utilização da ferramenta de Banco de Horas no sistema eletrônico de efetividade que gerou saldo devedor de horas para diversos servidores em muitos órgãos da PMPA;

considerando que não ocorreram descontos de faltas, meias-faltas e atrasos para tais servidores até a presente data;

considerando a necessidade de regularização das situações funcionais desses servidores, bem como da necessidade de cumprimento efetivo da carga horária contratual;

considerando a necessidade de regulamentar o quantitativo de carga horária passível de ser abonada pela chefia imediata do servidor;

considerando que o artigo 15 da Lei Complementar nº 677, de 19 de julho de 2011, cria a possibilidade de compensação futura de carga horária não cumprida aos servidores com os cargos de Médico Especialista e Médico Clínico Geral, quando em regime de plantão, ficando carente de regulamentação quanto ao prazo para seu efetivo cumprimento; e

considerando a necessidade de regulamentação quanto ao cumprimento de carga horária contratual dos servidores lotados e em exercício em escolas da Rede Municipal de Ensino durante o período de recesso escolar nos meses de julho, dezembro e fevereiro.

## D E C R E T A:

**Art. 1º** Fica alterado o § 2º do art. 3º do Decreto nº 17.273, do Decreto nº 17.273, de 13 de setembro de 2011, conforme segue:

“Art. 3º .....  
.....

§ 2º O servidor terá o prazo de 6 (seis) meses contados do mês de competência das horas executadas a maior, para usufruir a compensação total da carga horária, ficando a chefia imediata responsável pelo acompanhamento da compensação e cumprimento deste artigo.

.....(NR)

**Art. 2º** Fica incluído o art. 3-A ao Decreto nº 17.273, de 2011, conforme segue:

Art. 3-A Aos detentores de cargos de Médico Clínico Geral e Médico Especialista fica estabelecido o máximo de 24 (vinte e quatro) horas de saldo devedor de horas não executadas, de um mês para o outro, quando em regime de plantão, conforme disposto nos arts. 10 a 15 da Lei complementar 677, de 19 de julho de 2011.

Parágrafo único. A compensação do saldo de horas negativas dar-se-á no mês subsequente à carga horária não realizada, sendo que as horas não compensadas implicarão no lançamento de falta, meia-falta ou atraso, nos termos do art. 116 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, nos dias em que ocorreram o não cumprimento da jornada de trabalho.  
(NR)

**Art. 3º** Fica incluído o parágrafo único ao artigo 6º do Decreto nº 17.194, 11 de agosto de 2011, conforme segue:

“Art. 6º .....  
.....

Parágrafo único. Fica a chefia imediata do servidor, em caráter excepcional, com vistas a atender situações especiais não elencadas na legislação municipal, autorizada a justificar o não cumprimento da carga horária pelo servidor, com o motivo “Horas Autorizadas pela Chefia”, nos seguintes limites:

I - 12 (doze) horas mensais para o servidor que cumpre 40 (quarenta) horas semanais;

II – 9 (nove) horas mensais para o servidor que cumpre 30 (trinta) horas semanais; e

III – 6 (seis) horas mensais para o servidor que cumpre 20 (vinte) horas semanais.” (NR)

**Art. 4º** A regularização do saldo devedor de horas não executadas, registradas no sistema de registro eletrônico de efetividade funcional do servidor municipal abrangido pelo art. 1º do Decreto nº 17.273, de 2011, deverá ocorrer no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data da publicação deste Decreto.

§ 1º Os afastamentos legais previstos no art. 76 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, exceto os incisos I, XII, XVIII e XVI letra a, suspendem o prazo previsto neste artigo, o qual será retomado a partir do dia de retorno do servidor às atividades.

§ 2º A compensação dar-se-á respeitando os limites previstos no art. 4º do Decreto 17.273, de 2011.

§ 3º A aplicação do disposto no *caput* deste artigo abrange o saldo devedor de banco de horas registradas até o início da vigência do presente Decreto.

§ 4º Para fins de regularização do saldo devedor de que trata este artigo, fica facultado ao servidor, no prazo disposto no *caput* deste artigo, a utilização de período de licença-prêmio adquirido e ainda não gozado.

§ 5º A não compensação na totalidade do saldo devedor de horas, devidas pelo servidor, no prazo estabelecido no “*caput*”, implicará no lançamento de falta, meia-falta ou atraso, nos termos do art. 116 da Lei Complementar nº 133, de 1985, nos dias em que ocorreram o não cumprimento da jornada de trabalho e que não foi realizada a compensação.

§ 6º O acompanhamento da compensação do saldo devedor, bem como da regularização dos registros no sistema eletrônico de efetividade – RONDA, deverá ser realizada pela chefia imediata do servidor com homologação da área de recursos humanos do órgão.

§ 7º Não será permitida a geração de saldo devedor de horas exceto nas condições previstas no art. 3-A do Decreto 17.273, de 2011.

**Art. 5º** Na Secretaria Municipal de Educação (Smed), o período de recesso escolar será considerado como horas justificadas para fins de registro eletrônico de efetividade dos servidores, lotados e em exercício em escolas da rede municipal de ensino, relativos aos dias de recesso escolar nos meses de julho e dezembro, previstos e aprovados pela Comunidade Escolar para o Calendário Escolar e referendado pela Smed anualmente.

**Parágrafo único.** Será expedido calendário no início de cada ano letivo para prévia realização de horas para fins de compensação do período de recesso escolar relativo ao mês de fevereiro.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor em na data de sua publicação, exceto o art. 1º que entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 17 de novembro de 2015.

Sebastião Melo,  
Prefeito, em exercício.

Elói Guimarães,  
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

Urbano Schmitt,  
Secretário Municipal de Gestão